

JOVENS E AÇÕES PÚBLICAS: ESPAÇOS EDUCATIVOS DE FORMAÇÃO
GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. – UCG – juventudeucg@yahoo.com.br
QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. – UCG / UFG
GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03
Agência Financiadora: CNPq

Introdução

O presente artigo examina os jovens e os processos de formação tendo como centralidade suas relações com os espaços públicos. Fundamenta-se em resultados obtidos pelo estudo de caso do município de Goiânia¹ e tem o propósito de apreender: a) quem é o jovem sujeito das ações públicas; b) como vivem a condição juvenil; e c) como percebem as *novas institucionalidades*².

As ações públicas que vêm sendo gestadas nas instâncias governamentais desde o final da década de 1990, ainda que de forma incipiente, instigam os recentes estudos no campo da juventude a investigarem o alcance do modelo participativo de gestão³. Sposito e Carrano (2003) informam que o poder público municipal aparece “como un campo privilegiado de análisis porque en ellos las relaciones entre Sociedad Civil y Estado, para conformación de una ‘esfera’ pública democrática, aparecen de forma más clara” (Sposito; Carrano, 2003, p. 292). Relacionam a emergência dessas ações à necessidade de fazer interlocução com grupos organizados pautados por reivindicações em torno de mudança de qualidade de vida e novas formas de apropriação dos espaços urbanos e, por outro, por configurar cenários mais inovadores, sobretudo nas administrações qualificadas como progressistas, cujos gestores são oriundos de partidos de esquerda ou centro-esquerda.

Os complexos dilemas que surgem nos grandes centros urbanos desafiam a gestão local, à qual é imposta uma demanda crescente no campo da esfera pública. Nesse sentido, entende-se o governo local como uma face do poder público e que tem a função de fazer a mediação entre sociedade civil e Estado. Dagnino (2002) compreende

¹ A pesquisa *Juventude, escolarização e poder local* foi realizada, em nível nacional, de janeiro de 2003 a dezembro de 2005 em nove regiões metropolitanas do país e coordenada nacionalmente pelos professores doutores Marília Sposito (USP) e Sérgio Haddad (PUC-SP). Na Região Metropolitana de Goiânia, dos onze municípios, quatro foram pesquisados atendendo ao critério da maior densidade demográfica – Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.

² *Novas institucionalidades*, neste texto, referem-se aos órgãos governamentais criados com o objetivo de atender às demandas juvenis, como as assessorias e secretarias de juventude.

³ Como pontua Mora, em geral os modelos participativos dessas ações são demarcados pelo que denomina “da cidadania de forma restrita”, as quais “conducen, com cierta frecuencia, al desarrollo de actividades em las que los y las jóvenes son concebidos más como objetos de intervención que como sujetos de derechos plenos” (Mora *apud* Krauskopf, 2003, p. 24).

o espaço público como campo de forças, portanto, lugar de conflitos de múltiplos atores, de concepções distintas, de projetos políticos que se confrontam. O espaço público supõe, assim, a interlocução e o diálogo entre os agentes sociais que ocupam posições distintas nas relações sociais e estruturas de poder, como também, o exercício da democracia pelo compartilhamento do poder, para além da ação social que busca construir consensos.

Os mecanismos democráticos, que devem compor a esfera pública, pressupõem a ampla participação popular, de forma que os agentes políticos movimentem-se, criando, transformando e controlando o poder (Benevides, 1996). A incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas passou a ser a preocupação dos estudos realizados por recente abordagem sociológica do processo de democratização (Avritzer e Costa, 2004). Essa abordagem formula críticas às teorias focadas, em geral, no binômio Estado e autoritarismo e sinaliza para a necessidade de se investigar para além da esfera institucional, adentrando no “tecido das relações sociais e da cultura política” ou nos processos sociais de construção da democracia presentes nas intersecções das instituições sociais e o Estado⁴.

1. Jovens sujeitos e as ações públicas

A pesquisa iniciada em 2003 realizou, em sua primeira fase, um extenso levantamento das ações, projetos e programas⁵ desenvolvidos pelo poder público municipal voltados aos jovens. Observou que essas ações, projetos e programas encontravam-se alocados em diferentes instâncias governamentais que agregam, de forma mais significativa, as demandas juvenis. Em sua maior parte, essas ações concentram-se na Assessoria Especial para Assuntos da Juventude (AJ), criada no

⁴ Analisando as abordagens teóricas da democratização na América Latina, Avritzer e Costa (2004) sugerem que o uso de uma concepção discursiva de espaço público na América Latina implica em fazer algumas correções, as quais sejam: a) a incorporação dos *new publics*, em função da emergência de uma multiplicidade de novos atores urbanos que se contrapõem aos modelos instituídos e criam novas formas de vida e de comportamento; b) a relevância dos *subaltern counter publics*, atores que tradicionalmente foram excluídos do espaço público e que têm hoje visibilidade pela capacidade de reivindicar o direito de participação; c) a multiplicação dos *deliberative* ou *participatory publics*, que se refere a mecanismo de deliberação que extrapolam os limites da versão tradicional de ruptura entre a sociedade civil e o Estado. Afirma que, “nesse sentido, cabe uma ênfase distinta nas articulações entre os processos de deliberação pública e tomada de decisões na América Latina. É preciso que, no seio de uma esfera pública porosa e pulsante, temas, posições e argumentos trazidos pelos novos atores sociais encontrem formas institucionais de penetrar o Estado e, por essa via, democratizá-lo, tornando-o objeto de controle dos cidadãos” (Avritzer e Costa, 2004, p. 21).

⁵ Entende-se por ações formas de intervenções pontuais do poder público em resposta às demandas dos segmentos juvenis; por projetos, intervenções mais sistematizadas em termos de objetivos, temporalidade e atividades focadas em determinados agrupamentos juvenis e por programas, formas de intervenções mais abrangentes a partir de objetivos específicos de caráter duradouro.

âmbito do poder público municipal no final da década de 1990⁶; em seguida, as ações agrupam-se na Secretaria Municipal de Educação, na Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC), na Secretaria Municipal de Saúde, na Secretaria Municipal da Cultura e na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. As ações desenvolvidas pela AJ foram as que contemplaram, em maior medida, os segmentos jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 24 anos e os jovens de setores organizados (movimento *hip-hop*, movimento estudantil, pastorais da juventude, etc.).

No processo de institucionalização do órgão, a pesquisa constatou dois momentos diferenciados de atuação da AJ. No primeiro momento (2001/2002) as ações foram direcionadas para a organização do Congresso da UNE/2001 e para o movimento *hip-hop*, que marcou a dinâmica interna do órgão. Posteriormente (2003/2004), as ações foram mais orientadas no sentido de dar maior consistência às relações entre a assessoria e segmentos juvenis. A assessoria buscou atuar como órgão responsável por promover as relações entre os interesses juvenis e as ações públicas municipais.

1.1 Jovens gestores e o aprendizado político

O primeiro momento da AJ foi marcado pela atuação de um agrupamento de jovens, cuja experiência no movimento estudantil secundarista e formação política partidária, sinalizou para a necessidade de aproximação de um dos raros movimentos organizados da cidade – o *hip-hop*.⁷

⁶ Segundo informações obtidas em entrevistas, durante o segundo turno da eleição de 1996, na disputa entre o PSDB e o PMDB, existia, no programa de governo do PSDB, a idéia da criação de um organismo que se dedicasse à discussão das questões específicas da juventude. Nessa articulação, o PT apoiou a iniciativa na expectativa que fosse um projeto concreto voltado para juventude da cidade de Goiânia. Eleito o candidato do PSDB, foi criada uma assessoria em 1997 que foi um dos primeiros organismos voltados à juventude criados no país. Essa assessoria, na estrutura administrativa, era ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito. A primeira ação da assessoria foi trabalhar políticas de geração de emprego e renda; foi tentada, sem sucesso, a constituição do Conselho Municipal da Juventude. A assessoria, nessa gestão, tornou-se um espaço privilegiado de atuação da juventude do PSDB. As outras organizações partidárias e estudantis que haviam apoiado a criação da assessoria, romperam com o seu projeto. Após o ano de 2001, na nova gestão do PT, a assessoria iniciou um trabalho de discussão e construção de um projeto que pudesse fazer parte da agenda do governo e da sociedade goianiense. Em um primeiro momento, a pesquisa intitulada *Retratos da Juventude* (Queiroz e Chaves, 2001) foi realizada buscando apreender informações sobre o mundo juvenil: educação, trabalho, cultura, lazer, participação, expectativas, interesses etc. A preocupação que permeou esse momento foi a de construir em conjunto ações com a juventude, “de modo mais participativo possível”.

⁷ O movimento *hip-hop* tinha como representação a União do Movimento *Hip-Hop* Organizado do Estado de Goiás (HMH20-GO). Segundo informações de um de seus diretores o movimento *hip-hop* de Goiânia existe há mais de 10 anos e é composto por quatro mil membros. Ele contém quatro diferentes elementos: o *Break*, o MC, Grafite e os *Djs*. Os grupos de *rap*, em torno de 200, tem atuação ativa. As mulheres participam de maneira significativa no movimento *hip-hop*, sendo que instituíram, há três anos, o grupo Menarca com regras independentes do HMH20-GO. Os integrantes do movimento *hip-hop*, segundo depoimento do membro da diretoria do HMH20-GO, articulam-se na busca da “cidadania e valorização da cultura de rua” e além das atividades específicas, desenvolvem o que qualificam como trabalho social que inclui o combate às drogas junto aos membros que são usuários.

Uma das principais ações dessa gestão da AJ foi a *Expo-grafite*, que tinha o objetivo de tirar o *pixador* da rua e fazer dele um artista plástico contemporâneo, *desmarginalizando* o artista de rua. O evento foi precedido de um curso preparatório e, após o curso, a intenção era que o *grafiteiro* pudesse ter uma renda própria a partir de sua criação. Também, esse primeiro momento foi marcado pelas tentativas de, apoiados no Orçamento Participativo como instrumento de interlocução do governo com a população, fazer a mobilização dos jovens em espaços urbanos diversificados.

Os dois principais responsáveis pela gestão tinham, à época, 26 anos, o segundo grau completo e iniciaram sua atuação política no movimento estudantil secundarista e no Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1990. Ambos ocuparam funções diretivas na União Nacional dos Estudantes Secundaristas de Goiânia (UNES), na União Brasileira dos Estudantes Secundaristas de Goiânia (UNES) e na Juventude do PT, começando a atuação política com 16 anos de idade.

Como participante do primeiro momento de gestão, um coordenador relata que

a assessoria não tinha sede, não tinha espaço, não tinha quadro de pessoal... não tinha nada. (...) Nessa montagem de estrutura, começamos a ver quais eram os indicadores que tinham na cidade do ponto de vista da juventude. A gente não tinha informações da opinião dos jovens de como pensavam a cidade. E iniciamos a discussão para a realização da pesquisa Perfil da Juventude para(...) ter um instrumento que contribuísse na elaboração da atuação junto à juventude. .

A participação da Assessoria nas discussões do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária, bem como de outros processos decisórios, permitiu que, pela primeira vez, ações destinadas à juventude pudessem constar no orçamento do município. Essa atuação conjunta possibilitou a implantação do Orçamento Participativo Jovem (OPJovem), por meio do qual duas obras foram aprovadas, dentre elas os Centros de Referência da Juventude. Essa dinâmica constituiu-se gradativamente visto que havia certa dispersão de ações diante da complexidade enfrentada pela equipe do que seria efetivamente os jovens publico alvo.

No processo de constituição da AJ, a presença de representantes do movimento *hip-hop* era extremamente significativa, sendo que os limites entre a ação do poder público e dos movimentos sociais eram tênues.

Quando assumimos a AJ tivemos muito contato com o movimento *hip-hop*, tinha uma salinha a gente cedia o espaço pra eles . Tinha dia que 80, 90 pessoas do movimento *hip-hop* entrava e saía. A gente tinha um cadastro das *poças* que é o nome dado à organização deles. As *poças* são os grupos, é uma reunião de grupos.

Assim, a aproximação com o movimento *hip-hop* marcou esse primeiro período da gestão da Assessoria, na perspectiva de que seria possível mudar a realidade da cidade e torná-la mais favorável à juventude de um modo geral, em especial no que se refere à produção e ao acesso à cultura.

Nesse primeiro período de gestão, a demanda pela realização do Congresso da UNE advinda de setores do movimento estudantil e partidário, surgiu com força política independente dos interesses dos gestores. Assim relatam:

O atendimento das demandas do movimento estudantil, financeiramente, foi muito maior do que foi para os outros segmentos. As demandas são diferenciadas; O congresso da UNE, é um evento para 12000 pessoas, um congresso da UBES, para 1000 pessoas, o gasto com o movimento *hip-hop* é infinitamente menor.

Também, o OP-Jovem e a criação do Conselho Municipal da Juventude, concebidos com espaços de interlocução dos jovens com a administração foram objeto de discussões e disputa política.. Assim, um dos gestores descreve a compreensão do OP/ :

As pessoas visualizavam o OP como meio de resolver os problemas do bairro, da cidade, daquele segmento populacional, daquele setor da prefeitura. (...) Nós achávamos que o OP seria um espaço privilegiado pra disputa no governo de um conceito de desenvolver políticas públicas de juventude (...)nós éramos a segunda geração de gestores de políticas de juventude do País. (...) A gente queria ter um espaço multifuncional e eles defendiam interesses corporativos.

Os gestores do primeiro período, inicialmente, não conseguiram delimitar com muita clareza qual efetivamente seria a atribuição da AJ. Para eles, as ações governamentais são compreendidas como *intervenções concretas* da administração pública voltadas para um público delimitado, de acordo com as demandas identificadas. A ação este circunscrita às exigências imediatas e as representações próprias da agremiação partidária que demarcaram a formação política de cada um deles. Mesmo assim, são unânimes em considerar que a AJ foi um local de aprendizado. Um dos membros da equipe diz:

Eu aprendi muito com a AJ (..) se eu fosse ser assessor amanhã ou na próxima gestão, com certeza a eficiência, o trabalho seria bem melhor, porque na verdade eu acho que no primeiro ano, nós aprendemos muito, não só em ser assessor da juventude, mas inclusive de compreender a administração pública, de saber os atalhos (...).

No segundo momento, a AJ contou com um agrupamento de jovens gestores com maior qualificação escolar, experiência do movimento estudantil universitário, estudos específicos da temática juventude e inserção em eventos voltados para a discussão de políticas. O gestor que ocupou a AJ no segundo momento tinha 26 anos e formação superior na área de Economia. Sua atuação política teve origem na Pastoral da Juventude do Meio Popular onde, por sete anos, trabalhou efetivamente ocupando,

inclusive, funções a nível nacional. Filiou-se ao PT em 1998, embora muito tempo antes participasse do partido. Da equipe da AJ fizeram parte dois jovens coordenadores, com 22 e 23 anos, ambos estudantes universitários, cuja inserção política ocorreu no movimento estudantil e em partidos de esquerda (PT e PCB). Foram responsáveis pelos dois projetos de maior expressão executados no período: a 1ª Conferência Municipal de Juventude (abril/2004) e o 1º Festival da Juventude (julho/2004). A equipe atuou em dois sentidos: buscou articulação interinstitucional para o desenvolvimento das ações concebidas e fez tentativas de mobilização de jovens organizados e não-organizados.

Na organização da Conferência, no debate para a formulação do Plano Decenal de Políticas Públicas de Juventude e a criação do Fórum de Juventude é possível constatar que há uma cultura política presente no processo de formação. Um dos gestores relata que a Conferência

foi resultado das vontades que nasceram da articulação nas reuniões com as organizações juvenis, entidades e movimentos juvenis. Nós chamamos de “Mesa de Concertação”. É um termo até utilizado pelo Ministério da Juventude da Espanha e da Itália, nessa interação do poder público com as instâncias das organizações da sociedade civil organizadas. Então, todas as deliberações e toda realização da Conferência foi discutida a partir dessas reuniões.

Em todas as reuniões a questão presente: foi como envolver os jovens não-organizados nas atividades da Conferência. Apesar dessa intenção, os jovens representados por suas entidades tiveram maior expressão na Conferência⁸. O coordenador avalia que a conferência “foi um desafio” e acredita que conseguiram corresponder em parte às expectativas. Considera a Conferência como um processo que se constituiu no “antes, durante e pós”. As atividades preparatórias foram, para ele, de grande significado. Então, o *Fala Galera* e o *Jovem em Ação*, foram programas integrados que consistiram em debates e oficinas que foram planejadas e executadas nos bairros, com base em diagnósticos prévios junto aos segmentos juvenis. Relata a metodologia :

Primeiramente, o trabalho era diagnosticar qual juventude, quais organizações existiam naquela região(...) Os jovens desses bairros falava sobre suas demandas aos membros da AJ; queriam discutir, por exemplo, sobre as drogas e a violência. Isso retornava para a AJ para que fossem propiciados esses debates. Participavam cerca de 50 jovens em cada oficina realizada. A gente não tinha a pretensão de, com esses dois projetos, satisfazer todos os anseios da juventude. Mas era a partir dessas oficinas, no caso do *Jovem em Ação* e do *Fala Galera*, (...), porque o público alvo era a juventude não-organizada.

Os gestores consideram que houve também aprendizado no trabalho de parceira

⁸ As entidades que se destacaram foram as Pastorais da Juventude da Igreja Católica, as entidades ligadas ao movimento estudantil (Centros Acadêmicos), as juventudes partidárias, principalmente do PT, PC do B, PMN, PPS, os grupos que trabalham no combate à discriminação racial, como o Pérola Negra, o grupo Calunga de Capoeira Angola e o movimento *hip-hop*.

que possibilitou a realização da Conferência (uma empresa imobiliária forneceu materiais, como pastas; a Universidade Católica, a divulgação; outros com a publicidade, os *folders* e outras coisas mais). As Secretarias da Saúde e da Educação responsabilizaram-se por uma grande parte do orçamento de material gráfico. Em termos da metodologia, partiram da experiência do movimento estudantil. Na Conferência, com cerca de 1200 inscritos, apenas 400 atuaram de maneira ativa. Teve uma grande parcela de jovens que participou principalmente através da música, como por exemplo, as bandas de *hip-hop*. Houve uma boa repercussão na mídia com divulgação nas rádios, jornais diários e também televisão.

Durante a realização da Conferência, mais especificamente na sessão de abertura, houve manifestações ostensivas de não aceitação do formato dos membros participantes da mesa, considerada em especial pelo Culturart⁹, como “oficial” (secretários municipais, Ongs e intelectuais que discutem a temática da juventude) e não representativa dos diversos agrupamentos juvenis. Cabe ressaltar que esse fato expressa certa ambigüidade da AJ: por um lado, o esforço para ampliar o envolvimento dos agrupamentos juvenis, por outro, de dar visibilidade à AJ enquanto instância do governo local.

Outra ação expressiva, o 1º Festival da Juventude, contou com a coordenação de um dos jovens que também atua em uma organização não-governamental voltada para a descentralização das ações culturais. Segundo ele, a realização do Festival ocorreu a partir da percepção da diversidade das juventudes. Diz que havia preocupação com as “várias formas de como a juventude se expressa hoje, de como ela se organiza e também era importante, na nossa opinião, circular em Goiânia uma juventude que não está organizada”.

O segundo momento da gestão, portanto, mostrou certo avanço em termos da construção de espaços de discussão e de elaboração efetivas de documentos específicos em relação à juventude. O Plano Decenal de Políticas Públicas de Juventude e a criação de um Fórum de Juventude foram concebidos, mas não houve tempo para sua institucionalização.

Como admite um dos coordenadores do segundo momento da gestão, as dificuldades foram grandes, no entanto muitos acertos podem ser contabilizados:

acredito que conseguimos respeitar a diversidade, ouvir e corresponder as demandas. Por exemplo, as atividades culturais que ocorreram foram muito mais proveitosas porque foram feitas pelas próprias organizações, como a participação dos grupos de *hip-hop* e os grupos de

⁹ Trata-se de um movimento institucionalizado de juventude da Região Sudeste de Goiânia.

teatro. Então, isso foi um processo de interação e produção de conhecimento muito bom. (...) eu acho que a contribuição que fica é principalmente a participação, que sejam tomados os rumos no que tange a um Conselho amplo de jovens.

1.2 Os jovens e sua relação com a AJ

Com o propósito de conhecer o jovem destinatário dessa política, quais significados atribuem à condição juvenil e como esses jovens percebem as relações com esses novos espaços foram realizadas entrevistas com participantes de dois programas desenvolvidos pela AJ, nos diferentes momentos da gestão: *Expo-grafite* e a 1ª Conferência Municipal de Juventude.

Carlos, com 20 anos e proveniente de uma família composta por mãe e uma irmã de 23 anos, participou da *Expo-grafite*. A relação de Carlos com o *grafite* iniciou aos doze anos de idade, quando começou a *pichar* muros por causa de brigas de grupos na escola em que estudava.

No primeiro momento ele queria conquistar espaço e se afirmar, mas com o tempo a *pichação* começou a dar um sentido diferente na sua vida. Carlos permaneceu durante três anos *pichando*; depois, interessou-se pelo *grafite* e começou a aprendê-lo com um amigo de Brasília. Desde então, desenvolveu-se nessa arte. Relata: “eu fui pegando as técnicas com ele. Foi quando surgiu o movimento original lá, o espaço *enlargueceu* e aconteceu a *política do grafite*, que é da prefeitura”.

Carlos começou a fazer o curso que era oferecido pela Prefeitura de Goiânia. Ele conta:

entrei no curso de grafite e a assessoria foi fundamental, porque as aulas aconteciam na sede da assessoria (...) nas aulas teóricas eu nem fui, só fui nas aulas práticas porque tinha muito muro e muita tinta para treinar mesmo, aí com isso eu peguei e virei *grafiteiro* mesmo.

Considerou esse curso um marco na sua vida no sentido de torná-lo *grafiteiro*, abandonando a sua prática de *pichador*. Perguntado sobre a diferença que percebia entre um e outro, responde que a *pichação* relaciona-se com o “rabiscar e sujar” os muros, por meio da qual o jovem procura marcar a sua presença usando um estilo pessoal e opondo-se a grupos ou idéias, porém de forma desorganizada. Já no *grafite*, a habilidade artística é privilegiada, de modo que o desenvolvimento da capacidade estética passa a ser algo perseguido pelo indivíduo, além de significar uma participação mais organizada junto aos segmentos da juventude.

Começou a participar do grupo União da Mocidade *Hip-Hop* Organizada (UMH2O), um movimento organizado de jovens. Encontravam-se uma vez por semana

e articulavam espaços para trabalharem e realizarem outras ações. Carlos explica que esse movimento tem o objetivo de ajudar os jovens. Explica:

isso é muito comum no subúrbio. Menino pequeno vê: aquele lá já virou ladrão, está de carro novo, está de moto nova, está com dinheiro... Aí o menino desde pequeno vai vendo isso e diz que quando crescer quer ser bandido também. Então ele conhece o lado ruim, o que vai para a cadeia (...) Esse menino pode ir para o *hip-hop* ou para a igreja, se ainda tiver tempo.

O *hip-hop* tem um propósito social, de “salvar” os jovens da criminalidade por meio de trabalhos comunitários através do canto, da dança, da arte, da cultura de um modo geral, mediando reivindicações. São expressões juvenis que buscam articular *modos de ser jovem* com propostas de diferentes alternativas de vida coletiva para determinados segmentos urbanos, nos quais “todos trabalham para o bem comum. Esse movimento tem o principal objetivo reivindicar a paz e o fim da exclusão social”.

Carlos considera-se hoje um “outro jovem”: “o *hip-hop* ajudou a formar a pessoa que sou hoje”. Ao relatar as mudanças que aconteceram em sua vida, destaca como foi se constituindo como jovem que cotidianamente tinha que fazer enfrentamentos diversos, pelas suas condições de inserção social. Ele afirma:

... o pessoal acha que eu sou muito agressivo,(...) eu sou pequenininho, eu não tive pai para me defender, não tive irmão, era eu sozinho no mundo e a minha galera. Porque polícia não protege ninguém, protege os ricos lá. Eu tinha que fazer o quê? Eu tinha que botar aquela personalidade forte, se acontecesse alguma coisa (...). Hoje em dia eu já não brigo, sou contra briga. Sou, completamente, contra a violência, “digo não à violência” e creio que deve ter uma forma de eu chegar aos projetos sociais, de trabalho social, comunitário...

Nas experiências vivenciadas, Carlos foi alterando as representações do significado de “ser jovem”. Afirma que pensava que a situação juvenil estava associada a não assumir responsabilidades. Hoje considera que “ser jovem é ter compromisso, uma expectativa de vida e traçar uma meta para cumpri-la.” Conforme diz Carlos: “O *hip-hop* para mim e para muitas outras pessoas, cerca de 90%, que eu conheço que integravam o movimento, foi uma salvação, o *hip-hop* foi uma salvação mesmo!”.

Maria, uma jovem de vinte e quatro anos, solteira, proveniente de uma família pertencente às camadas populares, participou da Conferência. Dentre os membros da família, Maria é única que conseguiu chegar ao ensino superior e cursa o quarto ano de Direito. No espaço universitário participa de um grupo denominado Movimento Estudantil pela Conscientização Cultural e Política (MECCP) através do qual desenvolve militância estudantil.

A família é evangélica. Maria se considera uma jovem evangélica diferente por se afastar dos padrões convencionais definidos pela comunidade religiosa da qual participa. Diz:

Eu me sinto uma evangélica diferente das demais, vou em *shows*, bar, e não me sinto mau, (...) por exemplo, nós evangélicos (...) somos ensinados a não conviver com as diferenças, por exemplo o homossexual. Depois que eu entrei na faculdade, comecei a conviver mais com pessoas que a gente admira, que são muitos inteligentes, e na igreja de certa forma a gente é ensinado, educado para manter distância, “do que a igreja acha errado”.

Segundo relata, o seu espaço de relações sociais na universidade ampliou seu modo de representar a vida e a diferenciou e, nesse sentido, as experiências escolares contribuíram para superar estereótipos e preconceitos afirmados pela Igreja a qual está vinculada.

Maria começou a trabalhar precocemente aos quatorze anos. Há dois anos, passou em um concurso da área educacional e, desde então, atua na área administrativa em uma escola. A sua condição de jovem trabalhador estudante impõe-lhe uma rotina adversa:

Eu acordo cerca de seis horas da manhã, entro sete horas no meu trabalho, fico das sete às treze da tarde e vou para casa, almoço e às vezes estudo um pouco; antes eu fazia estágio, ia do trabalho para o estágio e do estágio para a faculdade, chegava em casa por volta das vinte e três horas e as vezes estudava um pouco mais; iria dormir por volta de uma hora da manhã

Maria afirma que participar do agrupamento estudantil MECCP foi muito importante para estruturar as suas experiências juvenis. Para ela no grupo passou a ter “uma visão diferenciada em relação à política, por exemplo, geralmente quando a pessoa não gosta de política fica com a visão do que lê no jornal, na revista, que nem sempre representa o que esta acontecendo, mas algo que querem que seja transmitido”. Relata que o grupo preocupa-se com questões relevantes na sociedade atual como a integridade, a moralidade, a honestidade, a coerência. Entende que a busca desses valores confere identidade aos membros do grupo, ainda que observe a heterogeneidade de origem de classes sociais dos seus membros.

A sua compreensão de juventude é construída a partir da representação produzida pela dinâmica específica do grupo. Assim sendo, ser jovem para Maria está associado à idéia do sujeito que atua no sentido de realizar mudanças na sociedade. Diz: “eu acredito que o jovem tem mais possibilidade de mudar a história, a própria história da sociedade”. Jovem é “aquele que de alguma forma, acredita que pode fazer diferente, que não concorda com a estrutura que está aí”. Também expressa prazer em viver a condição juvenil como alguém que tem esperança que a vida vai melhorar. Diz: “O que me dá mais prazer enquanto jovem, é poder sonhar mais, é saber que se hoje a coisa não está boa, mas eu tenho a esperança que amanhã vai melhorar”. Apesar disso, entende a maioria dos jovens não tem a perspectiva de atuar ativamente no processo de mudança.

Relata: “os que fazem mudança é um número bem pequeno; quer dizer, vai permanecer assim, o que posso fazer? Se eu falar eu vou ser só mais um! Minha voz não vai ser ouvida”.

Maria é uma jovem que tem preocupações com o futuro e estranha o fato dos jovens que compõem a sua geração estarem cada vez menos preocupados com as perspectivas de mudanças sociais.

Para a maioria dos jovens, o projeto de vida é bem pequeno, de certa forma limitado, mas acho que sinto que o jovem não tem mais esperança (...) o jovem está mais preocupado em resolver problema pessoal, individual, não pensa no problema de forma geral, se está difícil hoje e nada for feito daqui a vinte anos, vai ficar pior.

Pelo fato de integrar ativamente o MECCP e também o Centro Acadêmico (CA) da universidade, Maria participou da organização da 1ª Conferência Municipal da Juventude. “Nas reuniões, as pessoas podiam fazer sua proposta de organização, de palestra e eu achei bastante democrático, porque todos tinham direito de votar e falar, ‘voz e voto’”.

O objetivo da Conferência, para Maria, foi estimular a participação do jovem no que se refere aos problemas sociais, alertá-lo para buscar se envolver com o coletivo. Para ela, o seu grande aprendizado foi ajudar na organização do evento. Na sua opinião, os jovens da periferia, “não participaram como deviam” na Conferência. Estavam presentes os jovens organizados.

Por parte da liderança, com raríssimas exceções, eu pude perceber o que estava sendo feito era para o jovem, pelo jovem e com o jovem, mas eu pude sentir que faltou um pouco de engajamento da própria juventude, apesar de que tava organizando para a juventude, faltou jovem. Eu acho que não foi atingido o objetivo, porque até mesmo no dia da Conferência dava para identificar muito bem os grupos que estava representando a juventude em si mesmo.

Tendo como referência o princípio da participação, Maria reafirma sua posição quanto à necessidade do jovem fazer parte de um partido, de um movimento político. Acredita que “existem uns jovens que são filiados a partido e que de certa forma estão trabalhando para eles mesmos, têm alguns que fazem isso, mas deixa muito a desejar, porque não cria uma juventude, no sentido bem amplo da palavra.” Entende que o caminho para a juventude é se organizar partidariamente.

Considerações

A AJ constituiu-se um espaço institucional fértil em que jovens exercitavam o aprendizado de lidar com a formulação e implementação de incipientes ações públicas. Da experiência, elementos positivos podem ser contabilizados pelas tentativas realizadas no sentido de dar visibilidade a certos segmentos juvenis, como, por

exemplo, a sensibilização dos órgãos municipais em torno de ações integradas voltadas para os jovens, rompendo com as tradicionais ações isoladas, muitas vezes sobrepostas, a constatação de que o discurso do movimento social muitas vezes não corresponde com o papel e as possibilidades do poder público e a articulação das organizações juvenis que buscaram constituir um Fórum Permanente de Juventude em nível municipal. Nesse contexto, uma das contribuições significativas foi tematizar a questão da juventude no interior da administração, buscando argumentos e formas institucionais capazes de legitimar espaços democráticos de expressão dos jovens.

Nesse sentido, desenvolveram um tipo de trabalho educativo, formulando as temáticas referentes aos jovens de maneira mais elaborada, de acordo com parâmetros da literatura especializada. Divulgaram concepções de juventude para além da visão estereotipada de mera fase de transição para a vida adulta ou momento de vida marcado pelo risco e problemas sociais. Orientados pela concepção que procura afirmar os jovens como sujeitos de direitos, elegeram o princípio da participação como referência para mobilizar jovens, organizados ou não. Constatou-se, apesar dos inúmeros esforços, que os gestores, em termos da dinâmica externa, permaneceram prisioneiros das metodologias e estratégias dos grupos organizados (agrupamentos partidários, estudantis, etc.). Em síntese, formularam uma compreensão da diversidade do mundo juvenil e das diferentes juventudes com as quais a AJ deveria estabelecer interlocução enquanto instância indutora de espaço público, para o qual convergiam necessidades, expectativas e interesses de segmentos juvenis, embora a maioria das ações tenham sido pontuais e mobilizatória.

As relações entre o governo local, por meio da AJ e os jovens foram mediadas por inúmeros processos, inclusive os denominados de “participação induzida”, que se constituíram em experiências férteis de socialização e aprendizado de jovens e gestores acerca da dinâmica dos espaços urbanos. Os gestores locais no âmbito da instância municipal atuaram como mediadores, possibilitando “aos grupos sociais interferirem, em vez de aceitarem passivamente. Assim, os grupos disputam espaços na arena política, esforçam-se para conhecer e controlar estratégias, atuando como agente político” (Ramos, 2002, p. 129-130).

Em relação aos jovens Carlos e Maria, suas histórias revelam a diversidade da condição juvenil e, nesse sentido, representam as relações que se estabelecem entre os jovens e destes com a própria AJ. Esses jovens organizam-se e expressam visões de

mundo, perspectivas, modos de ser jovem diferenciados, convivem com relações construídas nas várias dimensões da vida juvenil.

Maria considera-se uma *jovem diferente*. Ao entrar na faculdade, integrou-se a um agrupamento juvenil e estabeleceu vinculações com o movimento estudantil. O agrupamento constitui referência simbólica extremamente importante para a vivência de sua condição juvenil. Há uma forte identificação com grupo, segundo ela, porque os valores integridade, moralidade, honestidade, etc. defendidos por ele, coincide com os apreendidos em sua formação familiar e religiosa .

Em relação à forma como interpreta a condição juvenil, é possível considerar que Maria não se enquadra ao modelo cultural vigente. A experiência do agrupamento do qual participa permite-lhe compreender que ser jovem está associado ao projeto de atuar ativamente no sentido de realizar mudanças na sociedade.

A trajetória de vida percorrida por Carlos, levou-o a integrar-se a grupos fortemente produtores de adesão e referências simbólicas. Nesse processo, Carlos buscou alternativas para aprimorar-se artisticamente, encontrando apoio no órgão público – AJ – onde participou do curso de formação de *grafiteiro* e passou a fazer parte do movimento *hip-hop*. Este, em especial, destaca-se como um movimento organizado que ganha cada vez mais espaço, tomando a arte, a música e o esporte como elementos que, articulados, tornam-se de interesse de grande parte de agrupamentos juvenis.

Conforme afirma Dayrell (2004, p. 188), na sociedade contemporânea há

o envolvimento cada vez maior dos jovens em grupos marcados pelas diferentes expressões culturais, que passam a assumir um papel significativo nas suas vidas. Os grupos culturais podem possibilitar práticas, relações e símbolos por meio dos quais eles criam espaços próprios, com uma relativa autonomia do mundo adulto. São expressões da cultura juvenil que fornecem elementos para se afirmarem como uma identidade própria.

Referências:

AVRITZER, L; Costa, S. Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 47, n 47, 2004, p. 703-728.

BENEVIDES, M.V. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Dagnino ,E (org.) *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-302.

DAYRELL, Juarez. Escola e cultura juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação educativa/ Fundação Friedrich Ebert, 2003, p.173-189.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; QUEIROZ, Edna Mendonça O. de; ANDRADE, Maria Dalva P. Juventude e educação: concepções que permeiam o poder público

municipal da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). In: 28ª Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambu. *Anais eletrônicos*. Disponível em www.anped.org.br. Acesso em: 10 novembro 2005.

_____. Políticas públicas de juventude na Região Metropolitana de Goiânia. Goiânia, 2005. Disponível em www.acaoeducativa.org.br. Acesso em 01 de novembro 2005.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. In: LEÓN, Oscar D. (editor). *Políticas públicas de juventud en America Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: CIDPA, 2003a.

QUEIROZ, Edna M. O.; CHAVES, Elza Guedes. *Retratos da juventude goianiense*. Goiânia: Verbo/Prefeitura de Goiânia, 2001.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo César R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, D. (editor). *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.